

ÍNDICE GERAL

	Págs.
PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
I — A ESCOLHA PÚBLICA E AS FINANÇAS DO ESTADO	
1 — A economia do sector privado e a economia do sector público.....	11
2 — A intervenção do Estado na economia e o direito financeiro	15
3 — O sistema político e a intervenção estatal	16
II — AS FUNÇÕES DO ESTADO	
1 — Introdução	19
1.1 — Generalidades	19
1.2 — Perspectivas concorrentes no estudo da intervenção do Estado...	22
1.3 — Porque intervém o Estado na Economia?.....	23
1.4 — Um argumento positivo para a intervenção estatal: a falha de acção colectiva descrita pelo “dilema do prisioneiro”	25
1.5 — Actuação do Estado na Economia (classificação de Mus- grave)	27
1.5.1 — Função Afectação	28
1.5.2 — Função Redistribuição	30
1.5.3 — Função Estabilização	31
1.6 — Coordenação e conflito de funções.....	31
2 — A função afectação: a teoria dos bens públicos e das “externali- dades”	34
2.1 — Os bens públicos e a “falha do sistema de mercado”	34
2.2 — Bens mistos	35
2.3 — “Externalidades” positivas e negativas	37
2.3.1 — Solução não-intervencionista: o teorema de Coase...	40
2.3.2 — Soluções de intervenção estatal	44
2.3.3 — A equidade e a correcção de “externalidades”.....	48

	Págs.
2.4 — Bens de mérito.....	49
2.5 — Abordagem dinâmica da intervenção do Estado na economia: alterações e inovações tecnológicas.....	50
3 — A função redistribuição: a teoria da distribuição.....	53
3.1 — A teoria da distribuição óptima — abordagem normativa...	56
3.1.1 — Critérios de Equidade:.....	59
3.1.2 — Conflito Eficiência / Equidade.....	62
3.2 — Abordagem positiva da redistribuição	64
4 — A função estabilização	66
4.1 — Efeitos macroeconómicos das despesas públicas e dos impostos	67
4.2 — O multiplicador e o princípio de aceleração	68
4.3 — Efeito propulsor das finanças públicas	71
4.4 — Políticas de estabilização.....	72
4.4.1 — Política orçamental de estabilização anti-cíclica...	78
4.4.2 — Os estabilizadores automáticos	80
4.4.3 — A política orçamental anti-inflacionista.....	82
5 — O problema do crescimento da despesa pública na consolidação do estado de bem-estar.....	84
5.1 — O conceito de dimensão do sector público	85
Σ — SÚMULA DA SECÇÃO 1	91
Σ — SÚMULA DA SECÇÃO 2	91
Σ — SÚMULA DA SECÇÃO 3	91
Σ — SÚMULA DA SECÇÃO 4	92
Σ — SÚMULA DA SECÇÃO 5	92
Anexo II.1 — A provisão de bens públicos.....	93
Anexo II.2 — O mercado de licenças para contaminar.....	94
PARTE I — A Teoria das licenças de emissão	94
PARTE II — Aplicação da teoria das licenças pela Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas no Protocolo de Quioto	98
A) A Convenção das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas	98
B) O Protocolo de Quioto	101

	Págs.
Anexo II.3 — Funções de bem-estar social na literatura económica.....	113
Anexo II.4 — Modelo “Keynesiano” simples do efeito multiplicador.....	114
Anexo II.5 — O efeito da alteração da reserva mínima legal dos bancos na criação de moeda bancária	117
III — A TRIBUTAÇÃO	
1 — As receitas patrimoniais, as taxas, os impostos e outros tributos: noções fundamentais	120
2 — Análise tipificada de indicadores sobre o peso relativo das receitas do Estado na economia	123
3 — O sistema tributário.....	125
3.1 — Princípios de configuração da tributação	125
3.1.1 — Princípio do Benefício.....	126
3.1.2 — Princípio da Capacidade Contributiva	128
3.2 — A medição da capacidade contributiva	129
3.3 — Problemática da escolha de medidas de capacidade contri- butiva	131
3.4 — Equivalência entre as diferentes categorias de impostos	132
4 — A teoria da incidência fiscal	133
4.1 — Incidência fiscal	134
4.2 — Análise de equilíbrio parcial; incidência de impostos espe- cíficos sobre as vendas e de impostos específicos sobre o con- sumo	137
4.3 — Análise de equilíbrio parcial e análise de equilíbrio geral	140
4.4 — O critério da neutralidade do imposto	140
4.5 — O custo de bem-estar da tributação	142
5 — Os impostos e as contribuições	145
5.1 — O imposto sobre o rendimento das pessoas físicas	145
5.1.1 — Definição de rendimento colectável	146
5.1.2 — Imposto proporcional sobre os rendimentos do tra- balho	149
5.1.3 — Imposto progressivo sobre os rendimentos do tra- balho	152
5.1.4 — Imposto Negativo sobre o Rendimento ("Negative Income Tax — NIT")	153
5.1.5 — Imposto sobre os rendimentos de capital	159

	Págs.
5.2 — O imposto sobre o rendimento das pessoas jurídicas	160
5.2.1 — Integração do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Jurídicas com o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas.....	161
5.2.2 — Incidência em mercados competitivos	164
5.2.3 — Favorecimento do endividamento por parte do imposto sobre o rendimento das pessoas jurídicas...	158
5.2.4 — O exercício de política fiscal através do imposto sobre o rendimento das pessoas jurídicas	158
5.2.5 — O problema da concorrência fiscal internacional e da harmonização fiscal	170
5.3 — Impostos sobre as vendas e sobre o consumo	172
5.3.1 — Introdução e generalidades	172
5.3.2 — Incidência de impostos sobre as vendas.....	174
5.3.2.1 — Incidência de um imposto geral sobre as vendas.....	175
5.3.2.2 — Imposto pessoal sobre o consumo em substituição do imposto sobre o rendimento?	177
5.3.2.3 — Incidência de impostos específicos sobre as vendas — análise de equilíbrio parcial	179
5.3.3 — O imposto sobre o valor acrescentado	183
5.4 — Contribuições para a segurança social.....	185
5.4.1 — Introdução e generalidades	186
5.4.2 — Divisão das contribuições entre empregador e empregado	187
5.4.3 — Estudo da incidência das contribuições para a segurança social	188
5.4.4 — Reformando a tributação para a segurança social...	190
6 — A evasão fiscal	194
7 — Restrições ao aumento da tributação.....	199
ξ — SÚMULA DAS SECÇÕES 1, 2 E 3	203
ξ — SÚMULA DA SECÇÃO 4	203
ξ — SÚMULA DA SECÇÃO 5	204

	Págs.
ξ — SÚMULA DA SECÇÃO 6	205
ξ — SÚMULA DA SECÇÃO 7	205
Anexo III.1 — Comparação entre o imposto sobre os rendimentos do trabalho e um imposto neutro	206
Anexo III.2 — Custo de bem-estar do imposto negativo sobre o rendimento (NIT)	207
IV — O DÉFICE E A DÍVIDA PÚBLICA	
1 — Conceitos e dados introdutórios	209
2 — A restrição orçamental de longo prazo	212
3 — A restrição de curto prazo	214
3.1 — O saldo orçamental e a “regra de ouro” de equilíbrio	215
3.2 — A incidência da dívida pública e a equidade intertemporal...	216
3.2.1 — Comparação entre o endividamento público e o lançamento de um imposto em termos de afectação do consumo	216
3.2.2 — Comparação entre o endividamento público e o lançamento de um imposto em termos de afectação da poupança	219
3.3 — Deve o défice ser reduzido?	221
3.4 — O saldo orçamental e o exercício de política orçamental de estabilização	223
3.5 — O controlo orçamental e o Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia	225
3.6 — Reestruturar a ação do Estado para diminuir o défice público e aumentar a eficiência	227
3.6.1 — As parcerias público-privadas	228
3.6.2 — A flexigurança	230
ξ — SÚMULA	231
V — O SISTEMA POLÍTICO E A INTERVENÇÃO ESTATAL	
1 — A democracia e a escolha pública	234
1.1 — Regras de votação	234
1.2 — A regra de maioria	241
1.2.1 — A hipótese do votante mediano	244
1.2.2 — Desvios às preferências do votante mediano	246

	Págs.
2 — Interacções no mercado político	248
2.1 — O poder da burocracia	251
2.2 — Abordagens do poder dos grupos de interesse	256
2.2.1 — Abordagem de Olson	257
2.2.2 — A teoria da regulação da Escola de Chicago	258
2.2.3 — As actividades de "rent-seeking"	259
2.2.4 — O modelo de equilíbrio geral do "lobbying" elaborado por Gary Becker	262
2.3 — Porque votam os eleitores?	263
2.4 — A ilusão fiscal	265
3 — A democracia e o crescimento do sector público	266
3.1 — Porque tem crescido a dimensão do sector público?	267
3.1.1 — Elasticidades	267
3.1.2 — Funcionamento do sistema político	268
3.1.3 — Crescimento da população e alteração da sua estrutura	271
3.1.4 — Argumentos de índole macroeconómica	272
3.2 — Críticas à literatura de Leviatã	273
3.2.1 — Quanto ao funcionamento do sistema político	273
3.2.2 — Quanto às determinantes macroeconómicas	275
3.3 — Como travar o crescimento do sector público?	275
S — SÚMULA	277
Anexo V.1 — O modelo do votante mediano	278
Anexo V.2 — O modelo de burocracia	282
Anexo V.3 — O modelo de "rent-seeking"	284
Anexo V.4 — O modelo de influência dos grupos de interesse	291
VI — A DESCENTRALIZAÇÃO	
1 — Introdução e generalidades	300
2 — Argumentos racionais para a descentralização	302
3 — As funções dos vários níveis de governo	304
4 — O modelo de Tiebout ("votando com os pés")	306

	Págs.
5 — A "exportação" de benefícios e de tributação	308
6 — As transferências intergovernamentais	310
7 — Transferências intergovernamentais incondicionais e o "flypaper effect"	316
8 — Os impostos locais — tributação da propriedade	319
8.1 — Incidência do imposto de propriedade no caso em que não há diferenciação fiscal entre os governos locais	321
8.2 — Incidência do imposto de propriedade no caso em que há diferenciação fiscal entre os governos locais	324
S — SÚMULA	327
Anexo VI.1 — A teoria dos clubes	327
BIBLIOGRAFIA	
1 — Bibliografia principal	333
2 — Bibliografia sobre dados estatísticos	335
3 — Bibliografia complementar	336
APÊNDICE — UMA BREVE HISTÓRIA DA ANÁLISE ECONÓMICA DA INTERVENÇÃO ESTATAL	
1 — Introdução	341
2 — A função afectação	344
3 — A função redistribuição	356
4 — A função estabilização e a dívida pública	366
5 — O estado e o sistema nacional de inovações	376
6 — A abordagem "public choice"	380
7 — Conclusão	388
8 — Bibliografia de base	389
ÍNDICES	
Índice de figuras	393
Índice de quadros	397
Índice geral	399